



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 serão divulgadas em 27 de fevereiro de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- Resiliência da economia global em meio a incertezas**
A economia global continuou mostrando resistência apesar de choques (como tarifas, tensões geopolíticas e incertezas comerciais). Os dados indicaram crescimento global ainda positivo próximo das projeções (cerca de entre 2,8 – 3% em 2025) e atividade sólida nas principais economias (EUA, China, área do euro), com mercados de trabalho aquecidos, embora com sinais de desaceleração e riscos para 2026. A inflação que segue moderando gradualmente mesmo diante das pressões derivadas das tarifas aplicadas, mas permanece acima de metas em algumas economias avançadas. Neste cenário, os principais bancos centrais seguem ou em pausa, ou cortando os juros (poucos sobem). O destaque fica para o FED, que seguiu entregando cortes consecutivos e encerrou o ano com as taxas em 3,75% (no limite superior).
- Shutdown mais longo da história norte-americana**
No quarto trimestre de 2025, os Estados Unidos enfrentaram uma paralisação governamental (*shutdown*) de 43 dias, iniciado em 1º de outubro quando o Congresso não conseguiu aprovar as apropriações orçamentárias necessárias para o ano fiscal de 2026. A paralisação tornou-se a mais longa da história americana, superando o recorde anterior de 35 dias, em meio a um impasse entre a Câmara controlada pelos republicanos e o Senado dominado pelos democratas sobre conteúdo de gastos e extensão de subsídios de saúde. Cerca de 900 mil funcionários federais foram colocados em licença, com muitos outros trabalhando sem pagamento até a reabertura em 12 de novembro, após a aprovação de um pacote de financiamento. Além disso, o *shutdown* teve como impacto a ausência de divulgação de dados econômicos relevantes, com diversos dados deixando de ser coletados no período, causando prejuízo à análise da conjuntura econômica.
- Leve redução das tensões geopolíticas**
O quarto trimestre de 2025 foi marcado por sinais graduais de desescalada em alguns dos principais focos de tensão geopolítica global. No Oriente Médio, avanços pontuais em negociações multilaterais e a redução da intensidade de confrontos diretos contribuíram para um ambiente de menor incerteza regional. No *front* comercial, apesar da retórica ainda firme, Estados Unidos e China retomaram canais formais de diálogo, com iniciativas voltadas à estabilização de fluxos comerciais e tecnológicos. Já no conflito entre Rússia e Ucrânia, embora não tenha havido uma resolução estrutural, observou-se uma diminuição relativa de episódios de escalada, acompanhada por esforços diplomáticos mais coordenados por parte de atores europeus e asiáticos.

No ambiente doméstico

- Desaceleração suave da atividade no Brasil com inflação mais benigna e reforço do cenário de início de cortes em 2026**
Os dados de atividade ao longo do período mostraram perda gradual de ímpeto, com o PIB do 3T25 apresentando crescimento modesto, de 0,1% *tt*, compatível com um processo de desaceleração suave à frente (não projetamos crescimento para o 4T). Serviços e varejo apresentaram desempenho misto, com alguns segmentos ainda resilientes, mas já com sinais de moderação mais disseminados. No campo inflacionário, as leituras do IPCA surpreenderam para baixo em vários momentos, com núcleos mais comportados, menor difusão e efeitos relevantes da redução dos preços de combustíveis - especialmente o corte de quase 5% no preço da gasolina nas refinarias - ajudando a conter a inflação corrente e a reforçar o processo de desinflação ao longo do 4T25. A inflação encerrou o ano de 2025 dentro da banda de tolerância da meta de inflação.
- Copom manteve a taxa Selic em 15,00%, mas consolida a leitura de que o ciclo de flexibilização começa em 2026**
Ao longo das comunicações entre outubro e dezembro, o Copom manteve a Selic em 15,00% e reiterou a necessidade de uma política monetária "significativamente contracionista por período prolongado". Ainda assim, passaram a trazer sinais mais claros de transição no debate - da ênfase na "necessidade de novas ações" para a "avaliação da suficiência do nível atual de juros". As projeções de inflação também recuaram gradualmente ao longo do período.
- Fiscal segue no foco, com alívios pontuais e necessidade de novas receitas à frente**
O período foi marcado por uma agenda fiscal intensa, com discussões e aprovação de medidas voltadas para aumento de receitas, incluindo a realização de um leilão de petróleo. Foram aprovadas iniciativas que ampliarão a arrecadação, como a redução de créditos tributários, contribuindo para a aprovação final do orçamento. No fim do ano passado, foram sancionadas as diretrizes para 2026, estabelecendo meta de resultado primário de 0,25% do PIB. Em 2025, o governo deve ter alcançado a banda da meta com R\$12 bilhões em dividendos e R\$8 bilhões provenientes do leilão de petróleo.

2. DESEMPENHO CONSOLIDADO

Encerramos o ano de 2025 com uma importante evolução, focados na execução de nossa estratégia para sermos o banco mais presente na vida de nossos clientes, de forma inteligente, sustentável e personalizada, construindo uma operação mais diversificada, sólida e capaz de gerar resultados consistentes. Na carteira de crédito ampliada encerramos dezembro de 2025 com R\$708 bilhões, um crescimento de 3,7% com disciplina na alocação de capital, priorizando ativos de maior rentabilidade e qualidade. No período, destacamos os crescimentos nos portfólios de cartão de crédito (+13,4%), financiamento ao consumo (+13,0%), imobiliário (+9,6%) e PMEs (+13,0%).

Em captações de clientes, encerramos o exercício com R\$670 bilhões, o que representa um avanço de 3,9%, com destaque para a evolução de LCI e LCA (+15,5%) e de LF e outros (+18,3%). Continuamos otimizando o mix de captações, com maior representatividade da PF, que atingiu 50% em dezembro de 2025, vindo de 43% em dezembro de 2023, reduzindo o custo de depósitos.

Como resultado, a margem financeira com clientes apresentou evolução de 9,5%. Já a margem de mercado foi negativamente impactada pela sensibilidade negativa à taxa de juros. As comissões cresceram 3,5% sendo os destaques cartões com +12,0%, seguido por seguros com +8,7%.

Na qualidade de crédito, observamos ao longo do ano uma pressão mais acentuada nos indicadores de inadimplência, reflexo de um ambiente macroeconômico mais desafiador com maior endividamento das famílias e elevação dos pedidos de recuperação judicial por parte das empresas. Adicionalmente, a implementação dessa resolução nos exigiu um maior nível de provisão, e, consequentemente, o resultado de provisão para devedores duvidosos cresceu 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, em gastos, mantemos nossa cultura de eficiência que, combinada com o uso intensivo de tecnologia tem permitido otimizar processos e maximizar nossa produtividade, além de oferecer melhores experiências aos nossos clientes. As despesas cresceram 0,8%, ritmo inferior ao da inflação, refletindo a disciplina e a eficiência na gestão de custos.

O lucro líquido gerencial apresentou crescimento de 12,6% no período, totalizando R\$ 15,6 bilhões, com um ROAE de 17,2%, incremento de 1,2 p.p. ante o mesmo período de 2024.

	Lucro Líquido (gerencial) R\$15,6 bilhões 2025 (+12,6% vs 2024)	Carteira ampliada R\$ 708,2 bilhões Dez/25 (+3,7% vs Dez/24)	Margem Financeira R\$ 61,9 bilhões 2025 (+1,8% vs 2024)
Demonstração de resultados gerencial¹			
<i>(R\$ milhões)</i>			
Margem Financeira Bruta	15.332	15.208	0,8 %
Comissões	5.754	5.552	3,6 %
Recursos Totais	21.086	20.760	1,6 %
Resultado de PDD	(6.105)	(6.524)	(6,4) %
Despesas Gerais	(6.633)	(6.423)	3,3 %
Despesas Tributárias	(1.471)	(1.420)	3,6 %
Outros	(2.531)	(2.104)	20,3 %
Lucro líquido antes de impostos	4.346	4.289	1,3 %
Impostos e minoritários	(280)	(280)	(7,1) %
Lucro líquido gerencial	4.066	4.009	1,9 %
Lucro líquido contábil	4.023	3.944	1,9 %

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 03 de fevereiro de 2026).

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ativo			
Circulante e Não Circulante		1.257.503.819	1.255.624.187
Disponibilidades	4	7.531.433	7.632.939
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		275.034.807	250.803.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	89.994.937	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.II	118.139.601	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	66.900.269	58.743.849
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		58.666.786	67.681.530
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.III	58.666.786	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		724.219.844	755.376.927
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	122.003.125	38.452.242
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.IV	113.528.203	117.944.134
Operações de Crédito	8	365.651.162	462.212.788
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	3.600.813
Outros Ativos Financeiros	7.a	123.037.354	133.166.950
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	9	(38.081.943)	(43.869.604)
Outros Ativos	11	125.066.639	133.509.738
Ativos Fiscais	10.a	62.524.769	68.914.540
Permanente		42.541.484	15.574.960
Investimentos		30.703.449	2.829.717
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	30.611.957	2.733.615
Outros Investimentos		91.492	96.102
Imobilizado de Uso	14	4.080.967	4.343.288
Imóveis de Uso		2.312.767	2.553.062
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		11.669.690	11.462.270
Intangível	15	7.757.068	8.401.955
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	28.204.704
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		(14.198.730)	(14.961.397)
		<u>(33.662.177)</u>	<u>(34.764.146)</u>
Total do Ativo		1.257.503.819	1.255.624.187

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. ESTRATÉGIA E AGÊNCIAS DE RATING

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança. Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes. As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76. Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

5. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controles internos, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente. O Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do plano do trabalho de auditoria para o ano de 2025 e este foi aprovado pelo Conselho de Administração.

6. PESSOAS

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade. São 49.661 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes. Para isso, o banco investe continuamente na criação de em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

7. SUSTENTABILIDADE

No quarto trimestre de 2025, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

- Viabilizamos R\$ 38,6 bilhões em negócios sustentáveis (YTD), de acordo com nosso sistema de classificação de finanças e investimentos sustentáveis (Sustainable Finance & Investment Classification System).
- Alcançamos uma carteira de R\$ 50,7 bilhões com emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.
- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 41% de *market share*.
- Em Microfinanças, o Prospera atingiu uma produção de R\$ 5,2 bilhões, um aumento de 6% YoY. A carteira total cresceu 3% YoY, chegando a R\$ 3,4 bilhões, com uma base total 1,2 milhões de clientes. Para além dos resultados financeiros, o Prospera impactou mais de 10 mil pessoas com o Educar para Prosperar, nosso programa de educação financeira presencial para clientes e não clientes das comunidades onde atuamos.
- No contexto do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Brasileiro criada para impulsionar investimentos privados sustentáveis e atrair capital externo para projetos de longo prazo, o Santander concluiu duas operações relacionadas ao 1º Leilão - sublinha Blended Finance-(i) a emissão de R\$ 300 milhões para a Eber Bioenergia e Agricultura, destinada à expansão da produção de etanol em Goiás; e (ii) R\$ 160 milhões para a CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, voltados a projetos de saneamento e ampliação da infraestrutura de água e esgoto em Santa Catarina.

Índices de sustentabilidade

Obtivemos a classificação "A" do CDP – *Carbon Disclosure Project*, o principal sistema global de informações sobre mudanças climáticas, passando a figurar na seleta "A list"; a escala varia de "D" a "A", sendo "A" a melhor nota.

Durante a COP30, o Santander foi premiado na "Celebração da Triade do Índice B3 ESG", que reuniu as 30 empresas participantes dos três principais índices de sustentabilidade da B3: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), IC02 (Índice Carbono Eficiente) e iDIVERSA (Índice de Diversidade).

Impacto social

- Desde 2002 e 2013 respectivamente, os programas Amigo de Valor e Parceiro do Idoso traduzem o compromisso Santander com a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. Além de destinar parte do seu imposto de renda devido aos projetos selecionados, o Santander mobiliza outros atores para a causa: colaboradores, clientes, fornecedores e empresas coligadas.
- Em 2025, acompanhamos a execução de 65 projetos do programa Amigo de Valor e 47 projetos do programa Parceiro do Idoso. Com os recursos destinados pelo banco, mais de 8 mil crianças, pessoas idosas e seus familiares foram diretamente beneficiados. Considerando o total de valores mobilizados (Banco, coligadas, clientes e colaboradores), o alcance das iniciativas supera 20 mil pessoas.

Os programas lançaram ainda nossa campanha para mobilização de recursos, a fim de viabilizar apoio a projetos que serão executados ao longo de 2026. O programa Amigo de Valor arrecadou mais de R\$26 milhões para apoiar 59 projetos voltados à ampliação e qualificação da oferta de serviços socioassistenciais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Parceiro do Idoso mobilizou R\$18,5 milhões, destinados a apoiar 47 projetos que contribuirão para promover o envelhecimento digno e o aprimoramento das políticas públicas locais.

- Teve início a primeira etapa do Social Integrado Santander, que visa ampliar o impacto social em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados de Pernambuco e Maranhão. A iniciativa combina diferentes frentes de atuação, com foco no desenvolvimento local, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Até o momento:

- +20 mil alunos da rede pública foram beneficiados por meio de ações de arte e cultura;
- +1.500 professores da rede pública participaram das master classes de música;
- +800 empreendedores locais foram capacitados em empreendedorismo e educação financeira.

Universidades

No 4T25, mais de 11 mil pessoas foram beneficiadas com cursos e bolsas de estudos. Destacamos nesse período a realização dos programas Santander Code Girls, que promove a inclusão feminina no mercado digital e o Santander EducaAI, que apoia educadores no uso responsável da inteligência artificial no ambiente escolar.

Eventos de negócios

- Promovemos o painel sobre Taxonomia Sustentável no pavilhão brasileiro na COP30 Brasil, dialogando com autoridades do Brasil, da União Europeia e do Chile, e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e soluções financeiras voltadas à transição sustentável.

8. AUDITORIA INDEPENDENTE

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

9. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/07 a 31/12/2025	Banco 01/01 a 31/12/2025	Consolidado 01/07 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		77.839.781	146.340.671	85.396.070	161.360.937
Operações de Crédito		38.473.570	75.197.112	51.465.547	97.929.367
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	308.124	564.211
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	31.040.796	61.268.971	23.663.864	52.041.481
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Câmbio		2.264.511	(1.278.758)	3.869.444	(376.063)
Resultado das Aplicações Compulsórias		6.060.904	11.153.346	6.089.091	11.201.941
Despesas da Intermediação Financeira		(67.308.897)	(127.248.967)	(68.102.732)	(130.278.584)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(52.612.458)	(98.551.139)	(52.850.570)	(98.634.377)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(2.992.106)	(5.928.079)	(2.997.298)	(5.936.568)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(505.214)	(569.424)	(535.122)	(678.734)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(11.199.119)	(22.200.325)	(11.719.742)	(25.028.905)
Variações Cambiais (Líquidas)	27	961.047	5.321.106	891.540	5.492.141
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.491.931	24.412.810	18.184.878	36.574.494
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.205.730)	(9.707.419)	(8.451.006)	(16.740.627)
Receitas de Prestação de Serviços	23	7.235.809	13.702.001	9.150.698	17.351.533
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.465.408	4.855.424	2.923.034	5.671.270
Despesas de Pessoal	24	(3.478.445)	(6.852.782)	(4.819.970)	(9.698.750)
Outras Despesas Administrativas	25	(8.067.650)	(15.541.261)	(7.107.752)	(13.834.040)
Despesas Tributárias		(1.920.179)	(4.181.208)	(2.869.200)	(5.949.475)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	5.527.053	9.258.010	169.065	325.364
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(5.967.726)	(10.947.603)	(5.896.881)	(10.606.529)
Resultado Operacional		7.286.201	14.705.391	9.733.872	19.833.867
Resultado não Operacional	28	34.485	113.310	103.887	204.497
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.d	7.320.686	14.818.701	9.837.759	20.038.364
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.766.379)	(2.604.140)	(299.875)	(1.551.674)
Provisão para Imposto de Renda		1.011.691	60.960	(668.544)	(2.077.

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado			Banco		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025		01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido	8.111.958	15.463.827	7.966.989	15.338.645	Impostos	(37.744)	279.253	(37.744)	279.253
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:					Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:				
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	(214.181)	995.117	(219.017)	987.395	Plano de Benefícios	(130.717)	763.613	(130.717)	763.613
Próprios	(378.691)	2.055.639	(416.003)	2.025.203	Próprios	(254.209)	1.426.111	(254.209)	1.426.111
Risco de Crédito	31.507	25.545	31.507	25.545	Impostos	123.492	(662.498)	123.492	(662.498)
De Ligada	(28.518)	(14.800)	-	-	Resultado Abrangente do Período	7.808.682	16.914.621	7.658.877	16.781.717
Impostos	161.521	(1.071.267)	165.479	(1.063.353)	Atribuível à controladora	-	-	7.418.001	16.364.083
Hedge de Fluxo de Caixa	41.622	(307.936)	41.622	(307.936)	Atribuível aos Acionistas Minoritários	-	-	240.876	417.634
Próprios	79.366	(587.189)	79.366	(587.189)	Total	-	-	7.658.877	16.781.717

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado			Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025			01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025		
Atividades Operacionais		8.111.958	15.463.827	7.966.989	15.338.645	Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	(3.488.899)	(920.370)	(4.199.215)	(1.721.569)	
Lucro Líquido		(5.698.916)	(2.774.283)	(1.190.283)	(9.117.247)	Aumento (redução) em Depósitos	4.635.822	(3.928.154)	3.544.788	(4.237.928)	
Ajustes ao Lucro Líquido		11.199.119	22.200.325	11.719.742	25.028.905	Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto	(7.293.231)	7.268.149	(7.707.487)	(7.262.284)	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		20.c	4.057.542	2.231.022	4.537.587	Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(12.087.756)	(7.343.470)	(12.223.354)	(7.348.837)	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais						Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	(1.984.807)	(126.262.647)	1.318.031	(119.636.395)	
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	217.318	463.080	225.488	482.590	Aumento (redução) em Outros Passivos	35.864.787	40.585.426	31.007.997	34.148.820	
Tributos Diferidos		(1.949.886)	(4.299.454)	(1.289.532)	(4.914.591)	Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes	179.381	135.840	1.625.597	3.744.905	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(5.527.053)	(9.258.010)	(169.065)	(325.364)	Imposto Pago	-	-	(1.209.172)	(3.254.691)	
Depreciações e Amortizações	25	1.605.875	3.170.281	1.721.217	3.417.236	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	(27.609.597)	3.970.136	(19.866.204)	4.778.765	
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(6.357)	(8.394)	(6.560)	(26.866)	Atividades de Investimento					
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(65.992)	(165.300)	(128.698)	(241.700)	Redução (aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	1.170.000	1.170.000	-	(7.500)	
Resultado de Investimentos	28	-	(1.093)	-	(1.093)	Aquisição de Imobilizado de Uso	(272.562)	(562.508)	(279.887)	(580.566)	
Atualização de Depósitos Judiciais		(278.849)	(574.303)	(353.138)	(729.208)	Aplicações no Intangível	(1.115.324)	(1.828.278)	(1.175.104)	(1.979.898)	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	18.a	(123.769)	(749.092)	(123.769)	(749.092)	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	5.487.052	6.905.406	6.112.750	7.949.839	
Atualização de Impostos a Compensar		(187.219)	(328.844)	(279.999)	(497.770)	Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(160.039)	201.864	(94.065)	309.083	
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.426	(11)	1.426	(11)	Alienação de Imobilizado de Uso	143.369	275.831	245.368	397.746	
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(12.598.841)	(17.258.904)	(12.598.841)	(17.258.904)	Alienções no Intangível	46.611	46.611	(588.563)	117.918	
Outros		114	(22.106)	240.990	395.528	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	5.299.107	6.208.926	4.220.499	6.206.822	
Variáveis em Ativos e Passivos		(30.022.639)	(8.719.408)	(29.023.476)	(19.677.127)	Atividades de Financiamento					
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(137.035)	(18.535.024)	4.920.561	(1.888.814)	Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	3.263	165.147	3.263	165.147
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(21.680.557)	(21.894.970)	(15.176.557)	(9.725.099)	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	42.161.890	113.774.617	44.670.892	118.981.768	
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(18.270.150)	(18.364.563)	(27.985.768)	(28.445.275)	Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	2.362.800	2.362.800	2.381.400	2.381.400	
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1.126.275	1.747.183	2.409.369	3.077.377	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	(31.884.632)	(115.943.873)	(33.794.573)	(112.382.380)	
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		4.973.219	1.135.259	4.617.525	788.330	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(598.893)	(1.070.620)	(646.774)	(1.118.501)	
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		714.144	136.731.188	(1.346.285)	133.630.768	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(3.404.725)	(5.969.969)	(9.919.238)	(13.795.910)	
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		617.009	(29.280)	483.355	(207.339)	Aumento (redução) em Participação dos Minoritários	-	-	101.669	687.787	
Redução (aumento) em Outros Ativos		(12.399.239)	2.557.724	(8.276.561)	(15.847.648)	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento	8.639.703	(6.681.899)	2.796.639	(5.080.689)	
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(791.602)	(1.601.699)	(826.300)	(2.028.448)	Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.426)	11	(1.426)	11	
						Aumento (redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	(13.672.213)	3.497.175	(12.850.492)	5.904.909	
						Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	88.295.159	71.125.771	87.251.108	68.495.707	
						Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4 74.622.946	74.622.946	74.400.616	74.400.616	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
						Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(1.964.672)	(474.571)	(4.274.280)	1.059.000	-	-	(3.248.923)	(884.707)	90.105.019
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.979.898)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(905.672)	(474.571)	(4.274.280)	1.059.000	-	-	(3.248.923)	(884.707)	87.915.096
Plano de Benefícios a Funcionários (2)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(411.408)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165.147
Resultado com Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.106)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.078
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	128.734	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(371.819)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	1.385	-	-	-	-	-	-	-	1.385
Dividendos Prescritos		-	-	-	-	42.566	-	-	-	-	-	-	-	42.566
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.463.827	-	15.463.827
Destinações:														
Reserva Legal	21.c	-	-	773.191	-	-	-	-	-	-	-	(773.191)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.620.000)	-	(7.620.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.646.692	-	-	-	-	-	-	(2.646.692)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	643.142	7.756.749	27.774.164	(1.262.690)	(489.371)	(3.510.667)	3.097.968	-	-	(3.248.923)	(884.707)	95.191.766
Mutações no Exercício		-	128.847	405.598	3.115.024	(144.041)	(28.518)	(130.717)	-	-	-	165.147	3.263	5.086.747

(1) Contêm os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
						Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 30 de junho de 2025		65.000.000	514.295	7.351.151	24.659.139	(1.118.650)	(460.853)	(3.379.950)	1.059.000	-	-	(3.248.923)	(722.823)	91.842.310
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.108)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.263
Resultado de Ações em Tesouraria		-	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	128.734	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128.734
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(144.041)	(28.518)	-	-	-	-	-	-	(172.559)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	1.385	-	-	-	-	-	-	-	1.385
Dividendos Prescritos		-	-	-	-	42.566	-	-	-	-	-	-	-	42.566
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.463.827	-	15.463.827
Destinações:														
Reserva Legal	21.c	-	-	773.191	-	-	-	-	-	-	-	(773.191)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.620.000)	-	(7.620.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.646.692	-	-	-	-	-	-	(2.646.692)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.000.000	643.142	7.756.749	27.774.164	(1.262.690)	(489.371)	(3.510.667)	3.097.968	-	-	(3.248.923)	(884.707)	95.191.766
Mutações no Semestre		-	128.847	405.598	3.115.024	(144.041)	(28.518)	(130.717)	-	-	-	165.147	3.263	3.349.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III - Imposto Mínimo Global - Pilar 2 - as regras do Pilar 2 da tributação mínima global (*Global Minimum Tax Model Rules*), aprovada em 2021 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), determina que grupos multinacionais com receitas superiores a €750 milhões estejam sujeitos a uma alíquota mínima de imposto de 15% sobre o lucro contábil ajustado, calculado com base em cada jurisdição. A OCDE complementou essas regras por meio da aprovação de orientações administrativas e sobre regras simplificadoras (*safe harbours*) transitórios aplicáveis aos exercícios fiscais de 2024 a 2026. Em janeiro de 2026, a aplicação dos *safe harbours* transitórios foi prorrogada por mais um ano, e novos *safe harbours* permanentes foram aprovados com o objetivo de simplificar a aplicação das Regras Modelo e implementar o “acordo *side-by-side*” alcançado em junho de 2025 no âmbito do G7, o qual será aplicável a partir de 2026 a grupos multinacionais cuja controladora final esteja nos Estados Unidos.

No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, introduziu o Pilar 2 conforme as Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária - Regras GLOBE (*Global Anti-Base Erosion Rules - GloBE Rules*), através da instituição do Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e passou a ser regulamentado por atos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda de modo a se enquadrar como um imposto mínimo qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-up Tax - QDMTT*). As regras do Pilar 2 passaram a vigorar no Brasil a partir 2025 e devem ser apuradas com base nos tributos abrangidos ajustados e nos lucros ajustados de todas as entidades constituintes do mesmo grupo multinacional no Brasil.

As regras simplificadoras (*safe harbours*) implicam que o Adicional da CSLL não é devido desde que qualquer uma das seguintes condições seja atendida: (i) a alíquota efetiva calculada com base nas informações da Declaração País a País (*country-by-country reporting*) exceda a 16% em 2025 e 17% em 2026; (ii) a alíquota do grupo multinacional em uma jurisdição não seja relevante, quando a receita for inferior a €10 milhões e o lucro antes dos impostos for inferior a €1 milhão; ou (iii) o lucro antes dos impostos seja inferior ao valor resultante da soma dos ativos fixos tangíveis e das despesas com pessoal, ajustados por uma determinada porcentagem que varia anualmente.

A avaliação da exposição potencial ao Adicional da CSLL baseia-se nas declarações fiscais mais recentes, no relatório país por país e nas demonstrações financeiras das entidades constituintes do Grupo no Brasil. Com base na avaliação, as alíquotas efetivas do Adicional da CSLL no Brasil são superiores a 15%, portanto, não surge potencial de exposição.

2. Efeitos da adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander realizou um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 5.635 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 15% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), incluindo provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco do crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 3.249 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento, as perdas incorridas em valor superior ao lucro real não podem ser deduzidas no ano de 2025.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2**.

Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Resulta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para aprovação do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas. Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir à facultade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

III - Reforma da Tributação sobre o Consumo

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de *split payment*), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.

Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e suas agências no exterior. As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação. As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco não relacionadas à adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, cujas práticas contábeis adotadas pelo Banco, impactadas pelas novas resoluções, estão descritas abaixo.

a) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e o resultado do teste de *SPPI*, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021
Foram registrados os efeitos da adoção inicial na classificação dos ativos financeiros por categoria, conforme art.4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, de “Disponíveis para Venda” para “Custo Amortizado”, conforme descrito na **Nota 6**.

Adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art.40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido, conforme descrito na **Nota 9**.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“SPPI teste”)
Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado (“CA”)

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como “valor justo por meio do resultado” ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva (“TJE”)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander, para o cálculo da taxa de juros efetiva, são consideradas as receitas e custos de origemação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuam a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguinte:

Estágio 1: Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2: Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, probe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo valor através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probability of default) ,LGD (Loss Given Default) e EAD (Exposure at Default) tendo como tradução respectivamente (Probabilidade de inadimplência), (Perda dada inadimplência) e (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- **Mensuração:** A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- **Registro:** As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis no mercado para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator “A” sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator “B” multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF), diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF), PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

e) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

h) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Liquidação em Ações
O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando está em vigor. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro
Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que representa a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações
Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos. O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outono.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos
Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16). Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção a aqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias). Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero. O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 16.

n) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas na Nota 20.e e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de imputar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para as empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 20% para os bancos, 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e de 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove alterações no sistema tributário federal, com impactos sobre diversos setores da economia. A referida legislação altera e consolida as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") aplicáveis às empresas do setor financeiro.

Nos termos da nova lei, as Instituições de Pagamento, as Administradoras de Mercado de Balcão Organizado, as Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, as Entidades de Liquidação e Compensação, bem como as demais sociedades reguladas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), estarão sujeitas à majoração gradual da alíquota da CSLL, que passará de 9% para 12% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 15% a partir do exercício de 2028.

Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e para as Sociedades de Capitalização, a alíquota da CSLL será majorada do patamar atual de 15% para 17,5% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 20% a partir do exercício de 2028, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 224/2025.

Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento desses créditos e passivos é efetuado com base nas alíquotas aplicáveis aos períodos em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com a regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação, com base na geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização desses créditos, conforme demonstrada na Nota 10.b.2, está fundamentada em projeções de resultados tributários e em estudo técnico específico.

q) Juros sobre o Capital Próprio
Os juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 30.h.
t) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	7.531.433	7.632.939	7.531.433	7.632.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	67.091.513	66.767.677	67.091.513	66.767.677
Aplicações no Mercado Aberto	52.822.160	52.822.160	52.822.160	52.822.160
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	533.896	210.060	533.896	210.060
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.735.457	13.735.457	13.735.457	13.735.457
Total	74.622.946	74.400.616	74.622.946	74.400.616

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco				Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	34.757.617	-	87.245.508	122.003.125	35.565.957	1.926.181	960.104	38.452.242
Aplicações no Mercado Aberto	21.022.160	-	21.022.160	21.557.723	-	-	-	21.557.723
Posição Bancada	2.663.441	-	-	3.199.004	-	-	-	3.199.004
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	250.345	-	-	-	250.345
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.663.441	-	-	2.938.871	-	-	-	2.938.871
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	9.788	-	-	-	9.788
Posição Financiada	18.358.719	-	18.358.719	18.358.719	-	-	-	18.358.719
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.999.999	-	6.999.999	6.999.999	-	-	-	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.353.442	-	7.353.442	7.353.442	-	-	-	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.005.278	-	4.005.278	4.005.278	-	-	-	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	87.245.508	87.245.508	272.777	1.926.181	960.104	3.159.062
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.735.457	-	13.735.457	13.735.457	-	-	-	13.735.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937
Aplicações no Mercado Aberto	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937	83.356.377	6.638.560	-	89.994.937
Posição Bancada	7.663.280	2.852.747	-	10.516.027	7.663.280	2.852.747	-	10.516.027
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.677.892	1.978.751	-	5.656.643	3.677.892	1.978.751	-	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.985.388	873.996	-	4.859.384	3.985.388	873.996	-	4.859.384
Posição Financiada	31.881.115	-	-	31.881.115	31.881.115	-	-	31.881.115
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.881.115	-	-	31.881.115	31.881.115	-	-	31.881.115
Posição Venda	43.811.982	3.785.813	-	47.597.795	43.811.982	3.785.813	-	47.597.795
Letras do Tesouro Nacional - LTN	32.396.869	1.332.035	-	33.728.904	32.396.869	1.332.035	-	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.415.113	2.453.778	-	13.868.891	11.415.113	2.453.778	-	13.868.891
Total	118.113.994	6.638.560	87.245.508	211.998.062	118.922.334	8.564.741	960.104	128.447.179

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	Ajuste ao Valor de Mercado		Ajuste ao Valor de Mercado		Ajuste ao Valor de Mercado		Ajuste ao Valor de Mercado	
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Contábil	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	119.332.968	(1.193.367)	-	118.139.601	103.713.112	(1.648.741)	-	102.064.371
Títulos Públicos	76.078.775	(769.094)	-	75.309.681	81.060.418	(1.008.129)	-	80.052.289
Títulos Privados	43.254.193	(424.273)	-	42.829.920	22.652.694	(640.612)	-	22.012.082
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados	61.226.983	(779.594)	(1.780.603)	58.666.786	71.156.997	(779.594)	(2.695.873)	67.681.530
Títulos Públicos	61.226.983	(779.594)	(1.780.603)	58.666.786	71.156.997	(779.594)	(2.695.873)	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	113.409.313	118.890	-	113.528.203	118.044.845	(100.711)	-	117.944.134
Títulos Públicos	44.529.997	128.875	-	44.658.872	44.539.010	128.875	-	44.667.885
Títulos Privados	68.879.316	(9.985)	-	68.869.331	73.505.835	(229.586)	-	73.276.249
Total de Títulos e Valores Mobiliários	293.969.264	(1.854.071)	(1.780.603)	290.334.590	292.914.954	(2.529.046)	(2.695.873)	287.690.035

Em 31 de dezembro de 2025, o efeito no patrimônio líquido consolidado referente à classificação de categorias de instrumentos financeiros em função da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi um montante positivo de R\$1.925 milhões sendo R\$1.059 milhões líquido dos efeitos tributários. A classificação envolveu a transferência de instrumentos financeiros classificados como "Títulos Disponíveis para Venda" para Custo Amortizado.

	31/12/2025		Abertura por Vencimento		31/12/2025	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	76.078.775	(769.094)	75.309.681	-	13.562.636	16.987.375
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.009.210	374	9.009.584	-	2.777.015	6.153.215
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.068.623	(744.557)	39.324.066	-	108.436	11.873.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	26.749.872	(24.759)	26.725.113	-	10.429.420	4.997.595
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.119	(222)	2.897	-	98	1.288
Letras da Dívida Agrária - TDA	3.119	(222)	2.897	-	98	1.288
Extrema Brasileira	312	42	354	-	354	-
Títulos da Dívida Estrangeira	247.639	28	247.667	-	247.667	-
Títulos Privados	43.254.193	(424.273)	42.829.920	44.667	481.681	4.416.113
Ações	1.748.069	(656.888)	1.091.181	1.091.181	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	132.527	(3.618)	128.909	-	-	6.874
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	76.632	(2.265)	74.367	-	-	723
Cotas de Fundos de Investimento	25.981.591	54.522	26.036.113	26.036.113	-	-
Debêntures	14.914.698	188.814	15.103.512	-	216	130.294
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	400.676	(4.838)	395.838	-	44.451	351.387
Total	119.332.968	(1.193.367)	118.139.601	27.127.294	13.607.303	17.469.056

	31/12/2025		Abertura por Vencimento				Consolidado	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	81.060.418	(1.008.129)	80.052.289	-	13.562.997	17.904.236	17.949.076	80.052.289
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.938.150	1.050	10.939.200	-	2.777.377	683.268	4.325.253	10.939.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN	41.960.433	(974.826)	40.985.607	-	108.436	11.873.177	7.816.210	40.985.607
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.910.765	(34.201)	27.876.564	-	10.429.419	5.246.503	5.806.568	27.876.564
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.119	(222)	2.897	-	98	1.288	691	2.897
Letras da Dívida Agrária - TDA	3.119	(222)	2.897	-	98	1.288	691	2.897
Extrema Brasileira	312	42	354	-	-	-	354	354
Títulos da Dívida Estrangeira	247.639	28	247.667	-	247.667	-	-	247.667
Títulos Privados	22.652.694	(640.612)	22.012.082	5.335.861	45.499	482.908	4.448.877	22.012.082
Ações	3.407.048	(727.349)	2.679.699	2.679.699	-	-	-	2.679.699
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	133.229	(3.619)	129.610	-	-	-	6.935	122.675
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	76.664	(2.266)	74.398	-	-	-	726	74.398
Cotas de Fundos de Investimento	2.602.123	54.039	2.656.162	2.656.162	-	-	-	2.656.162
Letras Financeiras - LF								



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Contratos de Futuros	567.709.896	(54.829)	-	567.709.896	(54.829)	-
Posição Comprada	283.663.279	-	-	283.663.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	95.881.997	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	160.220.757	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	21.182.934	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	3.206.380	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.171.211	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	284.046.617	(54.829)	-	284.046.617	(54.829)	-
Cupom Cambial (DDI)	95.902.371	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	160.220.757	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	21.545.898	(54.829)	-	21.545.898	(54.829)	-
Índice (3)	3.206.380	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.171.211	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	513.234.850	(38.087.679)	5.317.604	480.123.205	(37.395.965)	5.758.399
Compromissos de Compra	237.413.496	6.401.320	41.187.748	221.363.620	5.957.072	40.639.691
Moedas	163.133.706	5.630.881	8.658.109	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros (2)	74.279.790	770.439	32.529.639	67.098.260	338.839	32.148.997
Compromissos de Venda	275.821.354	(44.488.999)	(35.870.144)	258.759.585	(43.353.037)	(34.881.292)
Moedas	201.046.354	(43.543.529)	(3.010.203)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros (2)	74.775.000	(945.470)	(32.859.941)	67.267.976	(508.555)	(32.367.865)

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco								
	Contraparte		Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação			
	31/12/2025	31/12/2025	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)		
	Cientes	Relacionadas	Instituições (1)	Total	3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	992.158.893	428.627.081	64.255.118	1.485.041.092	263.315.254	161.977.463	1.059.748.375	113.213.585	1.371.827.507
Opções	114.591.753	47.952.451	596.623.497	759.167.701	240.110.159	390.380.763	128.676.779	539.875.479	219.292.222
Contratos de Futuros	6.586.544	308.133	560.815.219	567.709.896	158.211.486	157.998.366	251.500.044	567.339.980	369.916
Contratos a Termo e Outros	101.830.949	313.885.082	97.518.819	513.234.850	276.647.507	126.687.171	109.900.172	20.496.771	492.738.079

	Consolidado								
	Contraparte		Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação			
	31/12/2025	31/12/2025	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)		
	Cientes	Relacionadas	Instituições (1)	Total	3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2) <td>Balcão (3)</td>	Balcão (3)
Swap	992.158.893	34.938.134	78.251.118	1.105.348.145	229.440.602	122.788.587	753.118.956	71.829.722	1.033.518.423
Opções	114.591.752	13.026.477	596.623.499	724.241.728	235.359.168	389.872.228	99.010.332	539.875.480	184.366.248
Contratos de Futuros	6.586.544	308.134	560.815.218	567.709.896	158.211.485	157.998.367	251.500.044	567.339.980	369.916
Contratos a Termo e Outros	101.830.948	280.773.439	97.518.818	480.123.205	270.558.427	118.706.257	90.858.521	20.496.769	459.626.436

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.
- (2) Inclui valores negociados na B3.
- (3) E composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.1) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

• Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency.

• Para operações alivas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de hedge) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de hedge).

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.2) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

• Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de hedge), utiliza-se como instrumento de hedge contratos futuros ou swaps de taxa de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	Banco					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Hedge de Risco de Mercado						
Contratos de Swap	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.206.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	65.258.120	63.114.906	64.712.636	62.526.669	545.484	588.237
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.118.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Futuros	75.691.789	76.698.781	76.258.560	77.325.400	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

Estratégias	Consolidado					
	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Hedge de Risco de Mercado						
Contratos de Swap	1.772.953	1.772.396	1.664.551	1.664.551	108.402	107.845
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.206.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	65.258.120	63.114.906	64.712.636	62.526.669	545.484	588.237
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	55.118.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
Contratos de Futuros	75.691.789	76.698.781	76.258.560	77.325.400	(566.771)	(626.619)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos ou passivos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta ativa ou passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Estratégias	Banco						Consolidado					
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 12 meses		Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 12 meses	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	1.166.421	-	498.130	1.664.551	1.166.421	-	498.130	1.664.551	-	498.130	1.664.551	-
Hedge de Operações de Crédito	1.166.421	-	-	1.166.421	1.166.421	-	-	1.166.421	-	-	1.166.421	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130	-	-	498.130	-
Contratos de Futuros	7.848.077	23.945.637	30.732.955	62.526.669	7.848.077	23.945.637	30.732.955	62.526.669	7.848.077	23.945.637	30.732.955	62.526.669
Hedge de Operações de Crédito	213.737	982.509	188.264	1.384.510	213.737	982.509	188.264	1.384.510	213.737	982.509	188.264	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.431.099	20.862.408	26.308.983	52.602.490	5.431.099	20.862.408	26.308.983	52.602.490	5.431.099	20.862.408	26.308.983	52.602.490
Hedge de Captações	2.203.241	2.100.720	4.235.708	8.539.669	2.203.241	2.100.720	4.235.708	8.539.669	2.203.241	2.100.720	4.235.708	8.539.669
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	-	-	-	-	-	-	-	8.021.917	-	-	8.021.917	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	8.021.917	-	-	8.021.917	-
Contratos de Futuros	7.410.000	10.325.000	59.590.400	77.325.400	7.410.000	10.325.000	59.590.400	77.325.400	7.410.000	10.325.000	59.590.400	77.325.400
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.715.000	-	400.000	7.115.000	6.715.000	-	400.000	7.115.000	6.715.000	-	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	695.000	10.325.000	59.190.400	70.210.400	695.000	10.325.000	59.190.400	70.210.400	695.000	10.325.000	59.190.400	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps - CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Banco/Consolidado	
	Valor Nominal	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total
Swap de Créditos	-	7.950.397
Total	-	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros deriv



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025	Movimen- tações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Estágio 1								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	10.271.187	2.697.683	(8.581.413)	(1.235.510)	2.208.005	1.817.789	-	7.177.741
Instrumentos Financeiros	216.428	64.840	(74.331)	(33.225)	24.476	22.323	-	220.511
Total	10.487.615	2.762.523	(8.655.744)	(1.268.735)	2.232.481	1.840.112	-	7.398.252
Estágio 2								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	2.794.888	7.245.395	(2.208.005)	(12.080.235)	8.581.413	880.167	-	5.213.623
Instrumentos Financeiros	44.980	129.306	(24.476)	(61.134)	74.331	46.588	-	209.595
Total	2.839.868	7.374.701	(2.232.481)	(12.141.369)	8.655.744	926.755	-	5.423.218
Estágio 3								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	25.856.115	15.043.927	(1.817.789)	(880.167)	1.235.510	12.080.235	(23.007.083)	28.510.748
Instrumentos Financeiros	3.023.653	102.639	(22.323)	(46.588)	33.225	61.134	(614.354)	2.537.386
Total	28.879.768	15.146.566	(1.840.112)	(926.755)	1.268.735	12.141.369	(23.621.437)	31.048.134

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.
(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c) Movimentação Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

	Movimentação das Carteiras							Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025	Movimen- tações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Estágio 1								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	412.489.399	24.951.840	(43.444.314)	(5.659.884)	9.956.015	2.793.038	-	401.086.094
Instrumentos Financeiros	54.796.705	10.243.899	(6.745.857)	(942.220)	1.298.905	38.482	-	58.689.914
Total	467.286.104	35.195.739	(50.190.171)	(6.602.104)	11.254.920	2.831.520	-	459.776.008
Estágio 2								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	5.922.400	3.709.816	(9.956.015)	(25.187.465)	43.444.314	1.256.569	-	19.189.619
Instrumentos Financeiros	3.214.347	(2.929.809)	(1.298.905)	(1.043.712)	6.745.857	304.039	-	4.991.817
Total	9.136.747	780.007	(11.254.920)	(26.231.177)	50.190.171	1.560.608	-	24.181.436
Estágio 3								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	32.231.812	(2.380.507)	(2.793.038)	(1.256.569)	5.659.884	25.187.465	(19.928.931)	36.720.116
Instrumentos Financeiros	3.926.993	(382.804)	(38.482)	(304.039)	942.220	1.043.712	(5.187.600)	41.907.716
Total	36.158.805	(2.763.311)	(2.831.520)	(1.560.608)	6.602.104	26.231.177	(19.928.931)	41.907.716

(1) Inclui os efeitos da alteração entre categorias dos títulos e valores mobiliários decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.
(2) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações.

	Movimentação das Carteiras							Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025	Movimen- tações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Estágio 1								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	505.922.130	44.432.998	(52.435.621)	(7.726.690)	11.647.128	3.954.156	-	505.794.101
Instrumentos Financeiros	58.647.549	10.802.307	(6.748.193)	(942.220)	1.298.905	38.482	-	63.096.830
Total	564.569.679	55.235.305	(59.183.814)	(8.668.910)	12.946.033	3.992.638	-	568.890.931
Estágio 2								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	6.502.936	3.629.988	(11.647.128)	(30.954.198)	52.435.621	1.528.357	-	21.495.576
Instrumentos Financeiros	3.214.347	(2.932.145)	(1.298.905)	(1.043.712)	6.748.193	304.039	-	4.991.817
Total	9.717.283	697.843	(12.946.033)	(31.997.910)	59.183.814	1.832.396	-	26.487.393
Estágio 3								
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros								
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	37.231.583	(4.796.625)	(3.954.156)	(1.528.357)	7.726.690	30.954.198	(23.007.083)	42.626.250
Instrumentos Financeiros	3.926.993	231.552	(38.482)	(304.039)	942.220	1.043.712	(614.354)	5.187.602
Total	41.158.576	(4.565.073)	(3.992.638)	(1.832.396)	8.668.910	31.997.910	(23.621.437)	47.813.852

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.
(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Movimentação das Carteiras							Banco	Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025	Movimen- tações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off		
Estágio 1									
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros									
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	505.922.130	44.432.998	(52.435.621)	(7.726.690)	11.647.128	3.954.156	-	505.794.101	
Instrumentos Financeiros	58.647.549	10.802.307	(6.748.193)	(942.220)	1.298.905	38.482	-	63.096.830	
Total	564.569.679	55.235.305	(59.183.814)	(8.668.910)	12.946.033	3.992.638	-	568.890.931	
Estágio 2									
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros									
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	6.502.936	3.629.988	(11.647.128)	(30.954.198)	52.435.621	1.528.357	-	21.495.576	
Instrumentos Financeiros	3.214.347	(2.932.145)	(1.298.905)	(1.043.712)	6.748.193	304.039	-	4.991.817	
Total	9.717.283	697.843	(12.946.033)	(31.997.910)	59.183.814	1.832.396	-	26.487.393	
Estágio 3									
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros									
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	37.231.583	(4.796.625)	(3.954.156)	(1.528.357)	7.726.690	30.954.198	(23.007.083)	42.626.250	
Instrumentos Financeiros	3.926.993	231.552	(38.482)	(304.039)	942.220	1.043.712	(614.354)	5.187.602	
Total	41.158.576	(4.565.073)	(3.992.638)	(1.832.396)	8.668.910	31.997.910	(23.621.437)	47.813.852	

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme descrito na nota 2, item b.
(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c.2) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Saldo Inicial			33.510.588	37.895.277
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21			1.500.687	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025			35.011.275	42.207.251
Constituições Líquidas das Reversões			22.999.599	25.283.790
Write-offs			(19.928.931)	(23.621.437)
Saldo Final			38.081.943	43.869.604
Créditos Recuperados			2.528.722	3.198.203

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025	Novos Instrumentos Reconhecidos	31/12/2025	Novos Instrumentos Reconhecidos
Instrumentos Financeiros Renegociados		16.156.352		17.762.872
Operações de Crédito		16.156.352		17.762.872

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	43.956.103		49.415.900	
Percentual dos Ativos Reestruturados (%) (2)	48%		49%	
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos		(2.688.035)		(3.240.091)

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.
(2) Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados.

10. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Ativos Fiscais Diferidos	50.833.229		54.809.420	
Impostos e Contribuições a Compensar	11.691.540		14.105.120	
Total	62.524.769		68.914.540	
Circulante	2.456.396		2.846.177	
Não Circulante	60.068.373		66.068.363	

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco	
	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	Constituição	Realização	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	76.259.880	30.479.442	9.632.554	(5.795.050)	34.316.946	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.152.249	1.382.541	804.792	(768.822)	1.418.511	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.032.090	1.164.935	392.401	(642.895)	914.441	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.692.722	2.329.350	1.729.093	(2.200.159)	1.858.284	
Ágio	-	44.568	-	(44.568)	-	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.562.380	2.413.306	-	(890.553)	1.522.753	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	6.112.069	3.449.034	2.300.722	(2.843.008)	2.906.748	
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	493.248	169.026	269.821	(216.886)	221.961	
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.430.945	585.412	883.364	(841.792)	626.984	
Outras Provisões Temporárias (3)	4.784.445	1.758.910	2.404.200	(2.330.872)	1.832.238	
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	102.520.028	43.776.524	18.416.947	(16.574.605)	45.618.866	
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.392.924	5.215.537	81.581	(82.755)	5.214.363	
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	113.912.952	48.992.061	18.498.528	(16.657.360)	50.833.229	

	Origem				Consolidado	
	31/12/2025	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	81.923.193	33.875.099	9.887.369	(7.035.552)	36.726.916	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.358.378	1.470.955	874.227	(839.711)	1.505.471	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.165.154	1.223.238	415.043	(662.417)	975.864	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.047.970	2.447.843	1.783.752	(2.236.758)	1.994.837	
Ágio	-	44.568	-	(44.568)	-	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.802.814	2.493.698	18.334	(896.441)	1.615.591	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	7.047.346	3.871.906	2.882.221	(3.445.999)	3.308.128	
Provisão para o Fundo						



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. OUTROS ATIVOS

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	80.304.976	92.838.170
Devedores por Depósitos em Garantia:		
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.861.297	6.921.832
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.902.461	2.997.470
Outros - Cíveis	780.178	989.291
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	242.904	242.904
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Pagamentos a Recessar	45.901	46.596
Adiantamentos Salariais	523.147	523.147
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	2.972.112
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	7.831.380	7.831.380
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	316.071	387.886
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	263.473	488.055
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	17.141.209	474.005
Rendas a Receber	4.295.561	3.759.148
Outros Valores e Bens	1.487.750	1.507.012
Outros (1)	4.485.955	11.530.234
Total	125.066.639	133.509.738
Circulante	113.238.081	119.504.180
Não Circulante	11.828.558	14.005.558

(1) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. INFORMAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS NO EXTERIOR

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1) 01/01 a 31/12/2025	Agência de Luxemburgo(1) 01/01 a 31/12/2025
Resultado do Período	2.430.039	2.430.677
Ativo		
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	151.083.884	138.238.570
Ativo Permanente	31	-
Total do Ativo	151.083.915	138.238.570
Passivo		
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	117.564.694	107.399.778
Patrimônio Líquido	33.519.221	30.838.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	151.083.915	138.238.570

(1) A moeda funcional é o Real.

13. PARTICIPAÇÕES DE CONTROLADAS E COLIGADAS

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	Participação Consolidada
		Ordinárias e Cotas	Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)					
Banco RCI Brasil S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Esfera Fidelidade S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Prestação de Serviços de Cobrança e Recuperação de Crédito	10.001	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. Roj Entrenhimento S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Corretora de Valores	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	Corretora de Seguros	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Leasing	558.601	-	100,00 %	100,00 %
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Santander Capitalização S.A.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.					
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora de Valores	21.559	-	50,09 %	50,09 %
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	-	50,00 %	50,00 %

(1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlador da Toro Investimentos S.A. indiretamente.

	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Investimentos					
Influência Significativa do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núcleo S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	18,35 %	18,35 %
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A.	Prestação de Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbnorte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander SSAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FI) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Getnet;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;
- D365 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- San Preca Federal I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretoro - Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINGIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINGIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINGIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada; e
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio - Fiagro - Resp Limitada.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2025	Lucro Líquido (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2025	Valor dos Investimentos 31/12/2025	Banco Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2025
Controladas pelo Banco Santander				
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	4.708.950	2.845.286	4.708.950	2.845.286
Banco RCI Brasil S.A.	1.258.945	346.111	502.205	138.067
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	243.560	29.150	243.560	29.150
Esfera Fidelidade S.A.	888.662	872.577	888.662	872.577
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	375.520	605.099	375.520	605.099
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.179.837	707.838	1.179.837	707.838
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	989.007	537.407	989.007	537.407
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.106.655	181.234	1.106.652	181.233
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	6.376.378	2.099.752	6.376.378	2.099.752
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.249.940	836.249	10.249.940	836.249
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	225.219	27.939	225.219	27.939
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núcleo S.A.	1.793.691	633.822	314.434	111.109
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.285.196	553.985	1.856.699	110.797
Outros	2.055.874	126.820	1.594.894	155.507
Total	34.737.434	10.403.269	30.611.957	9.258.010

	Patrimônio Líquido Ajustado (1) 31/12/2025	Lucro Líquido (Prejuízo) (1) 31/12/2025	Valor dos Investimentos 31/12/2025	Banco Resultado da Equivalência Patrimonial 31/12/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander				
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	23.685	(38.872)	3.946	(6.476)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	405.215	34.300	74.357	6.294
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	3.852	369	428	41
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	310.308	(24.447)	48.284	(3.804)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	6.984	2.394	3.492	1.197
Santander Auto S.A.	113.490	72.978	56.745	36.489
Tecnologia Bancária S.A.	991.143	8.604	188.119	1.633
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A.	623.700	226.590	187.110	68.085
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núcleo S.A.	1.793.691	633.822	314.434	111.109
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.285.196	553.985	1.856.700	110.796
Total	7.557.266	1.470.083	2.733.615	325.364

(1) Refere-se ao patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido com ajustes de adequação de critérios contábeis assegurando que os números representem corretamente a posição financeira e o resultado das entidade perante os órgãos reguladores.

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Imóveis de Uso		
Terenos	2.312.767	1.241.788
Edificações	1.724.079	588.658
Outras Imobilizações de Uso	11.169.690	8.330.511
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.833.152	3.791.690
Equipamentos de Processamento de Dados	2.430.919	1.592.195
Benefitórias em Imóveis de Terceiros	2.979.900	(2.297.436)
Sistemas de Segurança e Comunicações	846.051	(608.010)
Outros	79.668	(41.180)
Total	13.482.457	(9.401.490) 4.080.967

15. INTANGÍVEL

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		
Outros Ativos Intangíveis	27.220.515	(27.178.744)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	14.198.730	(6.483.433)
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	9.027.321	(3.856.838)
Outros	4.998.029	(2.453.215)
Total	41.419.245	(33.662.177)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve impairment de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento no montante de R\$ 6.323 e perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais registrada em função de obsolescência e desconitualidade dos referidos sistemas no montante de R\$ 46.612.

16. CAPTAÇÕES

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Depósitos		
Depósitos à Vista	89.782.194	126.222.265
Depósitos de Poupança	36.555.296	-
Depósitos Interfinanceiros	53.075.472	-
Depósitos a Prazo (1)	-	1.862.844
Captações no Mercado Aberto		
Carteira Própria	151.425	124.359.421
Títulos Públicos	-	107.704.644
Emissão Própria	-	32.325.554
Outros	-	4.998.029
Total	41.419.245	(33.662.177)
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	15.104.324
Letras de Crédito do Agrone		



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Abertura de contas de resultado - Operações de Captação no Mercado

	Banco	Consolidado
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	45.410.987	45.451.269
Depósitos de Poupança	4.067.105	4.067.105
Depósitos Interfinanceiros	794.307	693.433
Captação no Mercado Aberto (2)	34.640.334	33.021.666
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	10.776.807	11.971.643
Outras	2.861.599	3.100.404
Total	98.551.139	98.634.377

(1) Inclui o registro de juros no valor de R\$ 3.683.973 no Banco e R\$ 3.714.074 no Consolidado referentes à emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).
 (2) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 478.899 no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.a.v).

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

a. Composição

Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Negociação e Intermediação de Valores	1.803.649	12.471.629
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.318.507
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados	208.911	253.070
Relações Interdependências e Interfinanceiras	5.771.630	5.012.353
Total	35.896.127	46.055.559

Circulante

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Total	20.131.529	32.410.469

Em 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

	Banco	Consolidado		Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025	31/12/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	8.070.433
		sem prazo			
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	perpétuo	R\$7.600	CDI+1,4%	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II	dez-25	dez-35	R\$2.363	CDI+0,65%	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	-
Total			28.113.937		28.318.507

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.
 (2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. OUTROS PASSIVOS

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	4.186.184
Obrigações com Cartões de Crédito	57.163.191	57.163.240
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20.b)	2.249.263	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	6.607.012	7.324.839
Ações Trabalhistas	3.463.165	3.856.501
Ações Cíveis	3.143.847	3.468.338
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.191.510	1.191.510
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.344.742	1.357.203
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.538	4.538
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	2.135.181	2.843.704
Despesas Administrativas	195.322	581.184
Outros Pagamentos	100.236	245.508
Credores por Recursos a Liberar	1.165.415	1.165.415
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	546.483	546.483
Fornecedores	713.897	1.108.783
Sociais e Estatutárias	1.030.413	1.193.786
Débitos com Operações de Seguros	-	1.488.261
Outros (1)	14.402.487	21.019.830
Total	88.849.690	103.875.756
Circulante	4.838.947	18.903.041
Não Circulante	84.010.743	84.972.715

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um análise de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com a regra supracitada.

Tipo de Garantia Financeira

	Banco/Consolidado
	31/12/2025
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	3.950.308
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	22.583.515
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	17.852.717
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	650.000
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.582.074
Outros Avals	343.810
Outras Fianças Bancárias	15.666.969
Outras Garantias Financeiras Prestadas	7.396.671
Total	70.026.064

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

	Banco/Consolidado	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025
Saldo Inicial		605.207
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	-	1.335.395
Reversão Líquida de Constituição	-	(749.092)
Saldo Final		1.191.510

19. HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps e floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	83.374.121	164.041.299	3.387.737	250.803.157
Títulos e Valores Mobiliários	-	89.994.937	-	89.994.937
Instrumentos Financeiros Derivativos	83.374.121	15.816.608	2.873.642	102.064.371
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	65.195.928	-	2.485.602	67.681.530
Títulos e Valores Mobiliários	65.195.928	-	2.485.602	67.681.530
Passivos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	-	51.864.432	893.610	52.758.042
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	51.864.432	893.610	52.758.042

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devolvedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025:

	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo					
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.452.242	38.452.242	35.293.180	3.159.062	-
Títulos e Valores Mobiliários	117.944.134	118.026.092	53.800.290	2.403	64.223.399
Operações de Crédito	462.212.788	462.167.464	-	-	462.167.464
Total	618.609.164	618.645.798	89.093.470	3.161.465	526.390.863

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025:

	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	491.090.287	491.107.325	-	-	491.107.325
Captações no Mercado Aberto	149.752.695	149.775.866	-	149.775.866	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	188.255.278	190.284.222	-	-	190.284.222
Obrigações por Empréstimos e Repasses	113.294.107	113.294.107	-	-	113.294.107
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.318.507	28.318.507	-	-	28.318.507
Total	970.710.874	972.780.027	-	149.775.866	823.004.161

20. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 18)	2.249.263	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	6.607.012	7.324.839
Ações Trabalhistas	3.463.165	3.856.501
Ações Cíveis	3.143.847	3.468.338
Total	8.856.275	9.780.127

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

	Banco		
	01/01 a	31/12/2025	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Saldo Inicial	2.824.081	2.824.081	3.014.320
Constituição Líquida de Reversão	435.791	3.029.960	591.791
Atualização Monetária	150.240	62.885	229.955
Baixas por Pagamento	(1.160.849)	(2.259.061)	(692.219)
Saldo Final	2.249.263	3.463.165	3.143.847
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	791.842	581.044	274.491
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.188	2.542	4.769
Total dos Depósitos em Garantia (2)	794.030	583.586	279.260

	Consolidado		
	01/01 a	31/12/2025	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Saldo Inicial	3.032.613	2.968.667	3.340.948
Constituição Líquida de Reversão	464.672	3.213.228	859.687
Atualização Monetária	157.638	89.725	235.227
Baixas por Pagamento	(1.199.635)	(2.415.119)	(967.524)
Saldo Final	2.455.288	3.856.501	3.468.338
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.248.628	602.835	286.316
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.573	2.542	4.769
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.252.201	605.377	291.085

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.
 (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 6.887 milhões e no Consolidado é R\$ 7.758 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável
 O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - Em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada período, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do período social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve distribuição de dividendos.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações:

	31/12/2025						
	Reais por Milhares de Ações/Units						
	Bruto		Líquido				
Em milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit	
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	7.620.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absonção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2025 o Banco Santander possuiu 360.657.265 ações ordinárias e 398.461.675 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2025	Quantidade
	19.451	Units
	(5.785)	
Ações em Tesouraria no Início do Período	13.666	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		
Ações em Tesouraria no Final do Período	13.666	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 717.789	
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 719.560	
Custo/Cotação da Ação	Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,33	
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	
Cotação da Ação	R\$ 28,22	

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Banco/Consolidado	



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O programa inclui as modalidades PGBL e VGBL, administradas pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., abertas para novas adesões. As contribuições são compartilhadas entre as empresas insituidoras/averbadoras.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 2.630 no Banco e R\$ 3.246 no Consolidado.

Ex-Empregados do Banespa

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acordãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolvesse a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.369 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Auração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.246.287)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.460.885	3.675	2.156.838
	1.214.598	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 1.878.800

Déficit (755.023)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.575.854

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 302.946

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (755.023)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (38.956)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.026.048)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 943.062

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Superávit 2.161.323

Déficit (767.484)

Valor não Reconhecido como Ativo 1.786.562

Ativo Atuarial Líquido (Nota 11) 374.761

Passivo Atuarial Líquido (Nota 18) (767.484)

Contribuições Efetivadas 644.248

Recultas (Despesas) Reconhecidas (44.707)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (3.101.708)

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano 1.004.373

	Consolidado 31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.484.660	1.008	849.848

Sendo:

Super

... continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional e Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos. O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional. O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa, Brasil e Balcão (B3), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e lei *Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission)*.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidade em competir com os concorrentes de mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

Com o objetivo de promover um ambiente controlado e seguro para nossas operações, além de incentivar o desenvolvimento de negócios sustentáveis, o Banco Santander realiza gestão contínua dos riscos associadas às nossas atividades, que pode impactar a organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Para isso, o Banco Santander conta com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), que estabeleceu diretrizes e consolida políticas específicas para práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos sociais, ambientais e climáticos, orientada pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (POR SAC), aplicada na concessão de crédito aos clientes do segmento Atacado e Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, divididos em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. A análise também abrange operações do setor agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes, fusões e aquisições. O objetivo da análise de Risco Socioambiental e Climático é subsidiar e mitigar questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão integrada de riscos.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes utilizado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de projetos de infraestrutura e energia. Aplicamos os mesmos critérios socioambientais e climáticos em projetos que não se enquadram nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada às resoluções CMN nº 4.943/2021 e nº 4.945/2021, que determinam que as organizações devem ter um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (POR SAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
 - Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidas na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
 - Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
 - Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.
- O Banco Santander, há uma *Vice-Presidência Executiva* responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).
- Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen" na página <https://www.santander.com.br/r/r/g/gerenciamento-de-risco>.

l) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Roducional, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199/2024.

	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.548,4
Capital Principal	86.426,5
Capital Complementar	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	115.069,5
Risco de Crédito (1)	627.239,5
Risco de Mercado (2)	45.564,2
Risco Operacional	74.911,2
Total de RWA (3)	747.714,9
Índice de Basileia Nível I	12,64
Índice de Basileia Capital Principal	11,56
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,39

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAJur), dos cupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAJur4), do preço de mercadorias commodities (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAAcs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWACva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/r.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2025.

		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(2.631)	(75.831)	(151.662)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(97)	(1.193)	(2.386)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(312)	(2.459)	(4.917)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(7.475)	(67.976)	(135.952)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(844)	(6.166)	(12.331)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(6.399)	(159.984)	(319.968)
Eurobond/Treasury/Global Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(6.634)	(59.608)	(119.215)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(907)	(22.679)	(45.357)
	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(16)	(405)	(809)
Total (1)		(25.315)	(396.301)	(792.597)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking	Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
		Taxa de Juros em Reais	(28.465)	(1.170.041)	(2.443.707)
		TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(33.000)	(1.263.118)	(2.370.683)
		Inflação	(44.311)	(761.382)	(1.401.492)
		Cupom de Dólar	(4.045)	(124.407)	(229.753)
		Cupom de Outras Moedas	(2.663)	(26.376)	(52.505)
		Taxa de juros Mercado Internacional	(632)	(323.146)	(732.533)
		Moeda Estrangeira	(1.205)	(30.114)	(60.228)
		Total (1)	(114.321)	(3.698.584)	(7.290.901)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação da Toro Asset Management S.A. pela Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.
Em 31 de dezembro de 2025, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. ("Santander Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Toro Asset não implicou um aumento de capital social da Santander Investimentos, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Toro Asset era detida pela Santander Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

b) Cisão Parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.
Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a cisão parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. ("Return"), com a incorporação da parcela cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais. A implementação da incorporação da parcela cindida da Return não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Return são detidas pelo Santander Brasil e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência, por outro lado o capital social da Return foi reduzido no montante de R\$ 8.460.000, o qual corresponde à parcela cindida.

c) Incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Santander (Brasil) S.A.
Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais, de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A realização da incorporação total da Santander Leasing não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era detida pelo Santander Brasil e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência. A incorporação somente produzirá efeitos após a homologação pelo Banco Central do Brasil.

d) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.
Em 21 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e volante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

e) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.
Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"), com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2025
Até 1 Ano	366.739
Entre 1 a 5 Anos	912.695
Mais de 5 Anos	63.578
Total	1.343.012

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 488 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2025, foram no valor de R\$ 194.402. Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	2025
Receitas da Intermediação Financeira	146.340.671
Despesas da Intermediação Financeira	(127.248.967)
Variações Cambiais (Líquidas)	5.321.106
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	24.412.810
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.539.320)
Resultado Operacional	14.873.490
Resultado não Operacional	113.310
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	14.986.800
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.597.990
Participações no Lucro	(1.959.014)
Lucro Líquido	15.625.776

	2025
Receitas da Intermediação Financeira	161.360.937
Despesas da Intermediação Financeira	(130.278.584)
Variações Cambiais (Líquidas)	5.492.141
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	36.574.494
Outras Recetas (Despesas) Operacionais (a)	(16.464.014)
Resultado Operacional	20.110.480
Resultado não Operacional (b)	141.960
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	20.252.440
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.563.582)
Participações no Lucro	(2.730.411)
Participações dos Acionistas Minoritários	(417.634)
Lucro Líquido	15.540.813

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 168.099 e R\$ 276.613 no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 161.949 e R\$ 202.168.

(b) Em 2025, efeitos do resultado não recorrente provenientes da venda da Summer, conforme descrito na nota 31.e.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio
O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 09 de janeiro de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 20 de janeiro de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 21 de janeiro de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 05 de fevereiro de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Deborah Stern Vieitas - Presidente (independente)	Cristiana San Jose Brosa - Conselheira	José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Javier Maldonado Trinchant - Vice - presidente	Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira
Cristiana Almeida Pippozzi - Conselheira (independente)	Ede Ison Viani - Conselheiro	Nitin Prabhu - Conselheiro	
COMITÊ DE AUDITORIA			
Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado	Andrea Maria Ramos Leonel - Membro	Renê Luiz Grande - Membro
COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE			
José de Paiva Ferreira - Coordenador	Cristina San Jose Brosa - Membro	Deborah Stern Vieitas - Membro	Jaime Leôncio Singer - Membro
			José Maurício Pereira Coelho - Membro
COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE			
Cristiana Almeida Pippozzi - Coordenadora	Deborah Stern Vieitas - Membro	Vivianne Naigeborin - Membro	Tasso Rezende de Azevedo - Membro
COMITÊ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA			
Nitin Prabhi - Coordenador	Ede Ison Viani - Membro	Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro	Mario Roberto Opice Leão - Membro
Deborah Stern Vieitas - Membro	Eduardo Alvarez Garrido - Membro	Guilherme Horn - Membro	
COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA			
Deborah Stern Vieitas - Coordenadora	Deborah Patricia Wright - Membro	Cristiana Almeida Pippozzi - Membro	Javier Maldonado Trinchant - Membro
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO			
Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Deborah Stern Vieitas - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Mario Roberto Opice Leão

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Gustavo Alejo Viviani

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Alessandro Tomao
André Juacaba de Almeida

Carlos Diaz Álvarez
Ede Ison Viani

Germanuêla de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez
Renato Eijnsmán

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camilla Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudeneice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio

Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Leonardo Mendes Cabral
Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Marilze Ferrazza
Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duality
Rafael Abujaama Kappaz

Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Oliveira de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

CONTADORIA

Anna Paula Dorce Armonia - CRC N° 1SP - 198352/9





BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2025. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre, encerrado em 31 de dezembro de 2025 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela controladoria e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2025, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2025. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2025, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como Controle Sox. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo - Coordenador

Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leone

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 2(a), 2(b) 2.2, 3(a) (VII) ao (XII), 9 e 30(a) (A))</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma coletiva, por meio de modelos, para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos.</p> <p>Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Em relação à implementação da Resolução nº 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas.</p> <p>Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.</p> <p>Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(n) e 20)</p> <p>O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis que são realizados pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.</p> <p>Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.</p> <p>Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos para confirmar a existência e as informações relevantes dos processos. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade do prognóstico dos processos atribuídos pela Administração.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 30(a))</p> <p>O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p> <p>Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.</p> <p>Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP22767/O-3

